

Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

fevereiro 2017

Este relatório contém 58 páginas

CONTEÚDO

	<u>Pag</u>
I Demonstrações financeiras	3
Demonstração dos resultados	3
Demonstração do rendimento integral	4
Balanço	5
Demonstração das alterações no capital próprio	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
II Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
II.1 Políticas contabilísticas	8
II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	16
II.3 Segmento de Gestão	18
II.4 Notas à demonstração dos resultados	19
Nota 1 Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	19
Nota 2 Custos com sinistros, líquidos de resseguro	20
Nota 3 Participação nos resultados e outras provisões técnicas, líquidas resseguro	20
Nota 4 Custos e gastos de exploração líquidos	20
Nota 5 Rendimentos	21
Nota 6 Gastos financeiros	21
Nota 7 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	21
Nota 8 Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e Variação de outras provisões	21
Nota 9 Custos e gastos por natureza a imputar	22
II.5 Notas ao balanço	24
Nota 10 Caixa e seus equivalentes	24
Nota 11 Ativos financeiros disponíveis para venda	24
Nota 12 Outros ativos tangíveis	25
Nota 13 Outros ativos intangíveis	26
Nota 14 Provisões técnicas, líquidas de resseguro	26
Nota 15 Benefícios a empregados	27
Nota 16 Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31
Nota 17 Impostos correntes e Impostos diferidos	31
Nota 18 Outros credores por operações de seguros e outras operações	33
II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio	34
Nota 19 Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	34
II.7 Outras Notas	36
Nota 20 Transações com partes relacionadas	36
Nota 21 Gestão de riscos	37
Nota 22 Justo valor	49
Nota 23 Passivos contingentes e compromissos	50
Nota 24 Normas contabilísticas recentemente emitidas	51
II.8 Eventos subsequentes	57
III Inventário de títulos	57
IV Relatório dos auditores	58

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Eur

	Notas	2016			2015		
		Técnica	Não Técnica	Total	Técnica	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	186.749.178	-	186.749.178	163.781.631	-	163.781.631
Prémios brutos emitidos		194.214.762	-	194.214.762	171.679.051	-	171.679.051
Prémios de resseguro cedido		(5.646.180)	-	(5.646.180)	(5.228.040)	-	(5.228.040)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(1.820.282)	-	(1.820.282)	(2.653.105)	-	(2.653.105)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores		878	-	878	(16.275)	-	(16.275)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(131.566.732)	-	(131.566.732)	(115.455.947)	-	(115.455.947)
Montantes pagos		(121.341.041)	-	(121.341.041)	(124.024.978)	-	(124.024.978)
Montantes brutos		(121.518.229)	-	(121.518.229)	(124.243.589)	-	(124.243.589)
Parte dos resseguradores		177.188	-	177.188	218.611	-	218.611
Provisão para sinistros (variação)		(10.225.691)	-	(10.225.691)	8.569.031	-	8.569.031
Montantes brutos		(10.225.691)	-	(10.225.691)	8.569.031	-	8.569.031
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	-	-	-	938.316	-	938.316
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(1.356.140)	-	(1.356.140)	(1.490.584)	-	(1.490.584)
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(34.679.162)	-	(34.679.162)	(30.421.645)	-	(30.421.645)
Custos de aquisição		(27.010.083)	-	(27.010.083)	(23.230.159)	-	(23.230.159)
Custos de aquisição diferidos (variação)		229.935	-	229.935	(3.275)	-	(3.275)
Gastos administrativos		(9.024.106)	-	(9.024.106)	(8.276.713)	-	(8.276.713)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		1.125.092	-	1.125.092	1.088.502	-	1.088.502
Rendimentos	5	752.986	85.182	838.168	892.773	139.128	1.031.901
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		752.986	85.182	838.168	892.773	139.128	1.031.901
Gastos financeiros	6	(185.115)	(35.769)	(220.884)	(165.328)	(34.316)	(199.644)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(185.115)	(35.769)	(220.884)	(165.328)	(34.316)	(199.644)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	23.769	231.712	255.481	133.285	105.184	238.469
De ativos disponíveis para venda		23.769	231.712	255.481	133.285	105.184	238.469
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	8	-	245.442	245.442	-	220.255	220.255
De outros		-	245.442	245.442	-	220.255	220.255
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		70.216	-	70.216	90.373	-	90.373
Outros rendimentos/gastos		-	(100.063)	(100.063)	-	(368.630)	(368.630)
Resultado líquido antes de impostos		19.809.000	426.504	20.235.504	18.302.874	61.621	18.364.495
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	17	-	(5.131.668)	(5.131.668)	-	(5.051.076)	(5.051.076)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	17	-	(70.562)	(70.562)	-	41.699	41.699
Resultado líquido do exercício		19.809.000	(4.775.726)	15.033.274	18.302.874	(4.947.756)	13.355.118

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

		<i>Eur</i>
	2016	2015
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	(258.846)	(418.533)
Impostos correntes e diferidos	71.183	115.096
	<u>(187.663)</u>	<u>(303.437)</u>
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos		
Ganhos / (perdas) atuariais, bruto	(205.175)	5.312
Ganhos / (perdas) atuariais, impostos	46.440	(43.310)
	<u>(158.735)</u>	<u>(37.998)</u>
Total do outro rendimento integral	<u>(346.398)</u>	<u>(341.435)</u>
Resultado líquido do exercício	15.033.274	13.355.118
Total de rendimento integral do ano	<u>14.686.876</u>	<u>13.013.683</u>

Balanço

Eur

	Notas	2016	2015
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10	12.832.895	6.859.402
Ativos disponíveis para venda	11	97.471.543	82.498.128
Outros ativos tangíveis	12	778.898	896.296
Outros ativos intangíveis	13	45.129	135.333
Provisões técnicas de resseguro cedido	14	7.564	6.686
Provisão para prémios não adquiridos		7.564	6.686
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16	25.367.777	32.746.730
Contas a receber por operações de seguro direto		13.212.400	21.402.446
Contas a receber por outras operações de resseguro		10.964.399	10.418.470
Contas a receber por outras operações		1.190.978	925.814
Ativos por impostos	17	722.894	675.833
Ativos por impostos diferidos		722.894	675.833
Acréscimos e diferimentos		9.823	490.141
Total ativo		137.236.523	124.308.549
Provisões técnicas	14	50.510.556	47.133.281
Provisão para prémios não adquiridos		13.862.051	12.271.704
Provisão para sinistros		34.287.635	32.740.288
De outros ramos		34.287.635	32.740.288
Provisão para participação nos resultados		2.360.870	2.121.289
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	1.997.507	1.597.512
Outros credores por operações de seguros e outras operações	18	7.474.303	11.418.865
Contas a pagar por operações de seguro direto		5.667.615	5.438.700
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.303.544	1.363.929
Contas a pagar por outras operações		503.144	4.616.236
Passivos por impostos e taxas	17	1.437.024	2.255.548
Passivos por impostos (e taxas) correntes		1.437.024	2.255.548
Acréscimos e diferimentos		1.925.307	2.174.913
Outras Provisões		58.816	582.297
Total passivo		63.403.513	65.162.416
Capital		12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		1.494.420	1.753.266
Reserva por impostos diferidos e correntes		(410.965)	(482.148)
Outras reservas		5.346.996	4.170.219
Resultados transitados		40.369.285	28.349.678
Resultado do exercício		15.033.274	13.355.118
Total capital próprio	19	73.833.010	59.146.133
Total passivo e capital próprio		137.236.523	124.308.549
Resultados por ação		6,3	5,6

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

Eur

	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
31 dezembro 2014	12.000.000	2.171.799	(597.244)	1.574.555	3.176.871	28.067.552	10.313.473	55.132.451
Transferência de resultados	-	-	-	-	1.031.346	9.282.127	(10.313.473)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(418.533)	115.096	(303.437)	-	-	-	(303.437)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(9.000.000)	-	(9.000.000)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(37.998)	-	-	(37.998)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.355.118	13.355.118
31 dezembro 2015	12.000.000	1.753.266	(482.148)	1.271.118	4.170.219	28.349.679	13.355.118	59.146.134
Transferência de resultados	-	-	-	-	1.335.511	12.019.607	(13.355.118)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(258.846)	71.183	(187.663)	-	-	-	(187.663)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(158.735)	-	-	(158.735)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	15.033.274	15.033.274
31 dezembro 2016	12.000.000	1.494.420	(410.965)	1.083.455	5.346.995	40.369.286	15.033.274	73.833.010

Demonstração dos fluxos de caixa

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Resultado líquido do exercício	15.033.274	13.355.118
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	213.401	210.422
Variação nas provisões técnicas	3.377.275	5.859.865
Variação de outras provisões	(523.477)	-
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(882)	16.275
Imparidade de outros ativos	(245.442)	(220.255)
Variação de ativos e passivos por impostos	(865.585)	(481.440)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	7.624.395	(12.150.850)
Outros ativos e passivos	471.973	148.745
Outros credores por operações de seguros e outras operações	(3.944.562)	3.195.266
	21.140.370	9.933.146
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(15.161.078)	(2.642.339)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(5.799)	(78.778)
	(15.166.877)	(2.721.117)
<i>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</i>		
Dividendos pagos	-	(9.000.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	5.973.493	(1.787.971)
Caixa e equivalentes no início do período	6.859.402	8.647.373
Caixa e equivalentes no final do período	12.832.895	6.859.402

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A, (“Médís” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de setembro de 1995.

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objeto principal e exclusivo a exploração do seguro direto e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

Desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia, e prepara as demonstrações financeiras consolidadas. A Médís tem a sua sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar nº. 10/2016 de 15 de setembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. No IFRS incluem-se as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores. Adicionalmente, foi adotada a Norma Regulamentar nº. 08/2016 de 16 de agosto que diz respeito aos requisitos de reporting à ASF.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 23 de fevereiro de 2017.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de

recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Além disso, a provisão de sinistros também inclui uma estimativa relacionada com os custos futuros indiretos com a liquidação de sinistros ("custos de gestão de sinistros a imputar").

Provisões para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde aos montantes atribuídos para os segurados ou beneficiários dos contratos de seguro ou de investimento, sob a forma de participação nos lucros.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia.

e) *Ativos financeiros*

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros disponíveis para venda e (ii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, os ganhos e perdas que advêm das variações no seu justo valor são reconhecidos em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Companhia apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respetivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respetivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Companhia aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto a menos que exista um direito de compensação.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. As diferenças de conversão de elementos não monetários, tais como ações classificadas como disponíveis para venda, são incluídas na reserva de reavaliação.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	<u>Vida útil</u>
Instalações	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos.

Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) *Locações*

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

m) *Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores de caixa, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição.

n) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido ou construída uma obrigação construtiva decorrente de eventos passados e e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupo de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) Dividendos pagos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando pagos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (seguidamente designado de “CCT”).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, mediante o cumprimento de certos requisitos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano complementar de contribuição definida para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com esta alteração do CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efetuadas pela Companhia.

Em 29 de janeiro de 2016 foi celebrado um novo acordo coletivo do trabalho (ACT) entre as seguradoras e os sindicatos tendo mantido os termos já existentes no CCT de 2011, relativamente aos planos de pensões.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuariais decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2016, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos são reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda sendo posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Companhia pode compensar, de acordo com a IAS12, os impostos diferidos ativos e passivos apenas se: (i) tiver um direito legal de deduzir os impostos correntes ativos com os impostos correntes passivos; e (ii) os impostos diferidos ativos e os impostos diferidos passivos estejam sujeitos à mesma autoridade tributária, ou sob entidades tributárias que permitam a apresentação pelo saldo entre os impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos, ou para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que uma quantidade significativa de impostos diferidos passivos ou ativos deverão ser liquidados ou recuperados.

t) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano.

g) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para participação nos resultados, (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso, (4) teste de adequação das responsabilidades, e (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas (provisão para sinistros).

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

As variáveis no processo de estimativa da reserva podem ser afetadas por eventos internos e externos, como alterações nos procedimentos de tratamento de sinistros, inflação económica, tendências legais e alterações legislativas. Muitos destes itens não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ativos e passivos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respetivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumentos de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objetiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmento de Gestão

	2016			2015		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	186.380.804	368.374	186.749.178	163.051.000	730.631	163.781.631
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(131.357.447)	(209.285)	(131.566.732)	(115.541.226)	85.279	(115.455.947)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	938.316	-	938.316
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.356.140)	-	(1.356.140)	(1.490.584)	-	(1.490.584)
Custos e gastos de exploração líquidos	(34.679.162)	-	(34.679.162)	(30.421.645)	-	(30.421.645)
Rendimentos	752.888	98	752.986	892.454	320	892.774
Gastos financeiros	(185.115)	-	(185.115)	(165.328)	-	(165.328)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros	23.765	4	23.769	133.218	67	133.285
Outros rendimentos/(gastos) técnicos, líquidos de resseguro	70.216	-	70.216	90.372	-	90.372
Margem técnica	19.649.809	159.191	19.809.000	17.486.577	816.297	18.302.874
Proveito dos investimentos			85.182			139.128
Mais/(menos) valias realizadas			231.712			105.184
Despesas gerais			(35.769)			(34.316)
Outros proveitos/(custos) não técnicos			145.379			(148.375)
Resultado não técnico			426.504			61.621
Resultado antes de impostos			20.235.504			18.364.495

	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	50.504.550	6.006	50.510.556	47.127.131	6.150	47.133.281
Parte dos resseguradores	7.564	-	7.564	6.686	-	6.686

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Prémios brutos emitidos não vida	194.214.762	171.679.051
Prémios brutos emitidos	194.214.762	171.679.051
Prémios resseguro cedido	(5.646.180)	(5.228.040)
Prémios líquidos resseguro	188.568.582	166.451.011
Variação prémios não adquiridos	(1.820.282)	(2.653.105)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	878	(16.275)
Variação líquida de prémios não adquiridos	(1.819.404)	(2.669.380)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	186.749.178	163.781.631

Os prémios de seguro direto são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2016		2015	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	193.846.388	192.026.106	170.948.420	168.295.315
Outros	368.374	368.374	730.631	730.631
Total	194.214.762	192.394.480	171.679.051	169.025.946

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2016		2015	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	5.646.180	5.645.302	5.228.040	5.244.315
Total	5.646.180	5.645.302	5.228.040	5.244.315

Nota 2 Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2016			2015		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	120.727.157	(3.388.232)	117.338.925	122.109.845	(1.959.728)	120.150.117
Parte dos resseguradores	(177.188)	-	(177.188)	(218.611)	-	(218.611)
	120.549.969	(3.388.232)	117.161.737	121.891.234	(1.959.728)	119.931.506
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	6.628.174	3.597.517	10.225.691	(10.443.479)	1.874.448	(8.569.031)
	6.628.174	3.597.517	10.225.691	(10.443.479)	1.874.448	(8.569.031)
Total antes custos imputados	127.178.143	209.285	127.387.428	111.447.755	(85.280)	111.362.475
Custos com Sinistros (imputados)	4.179.304	-	4.179.304	4.093.472	-	4.093.472
Total	131.357.447	209.285	131.566.732	115.541.227	(85.280)	115.455.947

Nota 3 Participação nos resultados e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A participação nos resultados corresponde à estimativa de montantes a atribuir aos contratos do ramo de acidentes e doença.

Em 2015, a variação das outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para riscos em curso, para o ramo de acidentes e doença.

Nota 4 Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	Eur	
	Acidentes e doença	
	2016	2015
Custos de aquisição - comissões	22.206.329	19.442.267
Custos de aquisição alocados	4.803.754	3.787.892
Variação dos custos de aquisição diferidos	(229.935)	3.275
Custos administrativos - comissões	70.605	19.690
Custos administrativos alocados	8.953.501	8.257.023
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(1.125.092)	(1.088.502)
Total	34.679.162	30.421.645

Nota 5 Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

		<i>Eur</i>
	2016	2015
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	838.168	1.025.952
Rendimentos de depósitos bancários	-	5.949
Total	838.168	1.031.901

Nota 6 Gastos financeiros

Os gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euro 221.000 (2015: Euro 200.000).

Nota 7 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2016			2015		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	312.629	(95.287)	217.342	234.978	(2.482)	232.496
Obrigações de outros emissores	47.814	(11.218)	36.596	20.694	(8.871)	11.823
Ações	2.759	(1.216)	1.543	16.190	(22.040)	(5.850)
De investimentos disponíveis para venda	363.202	(107.721)	255.481	271.862	(33.393)	238.469

Nota 8 Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e Variação de outras provisões

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a imparidade (líquida de reversões) registada respeita na totalidade a devedores por operações de seguro direto e de resseguro.

Nota 9 Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2016	2015
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	286.363	251.665
Remunerações - pessoal	5.033.617	4.303.013
Encargos sobre remunerações	1.168.075	971.529
Benefícios pós emprego	175.592	172.771
Seguros obrigatórios	269.682	234.287
Gastos de acção social	45.955	35.700
Outros gastos	244.468	195.594
	<u>7.223.752</u>	<u>6.164.559</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>10.824.427</u>	<u>9.486.779</u>
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	115.789	114.370
Equipamento informático	7.408	5.847
	<u>123.197</u>	<u>120.217</u>
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	90.204	90.205
	<u>90.204</u>	<u>90.205</u>
Outros	<u>(104.137)</u>	<u>476.271</u>
Total	<u>18.157.443</u>	<u>16.338.031</u>

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

		<i>Eur</i>
	2016	2015
Auditoria	74.286	73.557
Auditoria - serviços relacionados	19.460	7.160
Consultoria fiscal	13.622	5.683
Total	<u>107.368</u>	<u>86.400</u>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euro 38.000 (2015: Euro 32.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euro 290.000 (2015: Euro 336.000) de Juros suportados, um montante de Euro 91.000 (2015: Euro 108.000) relativos a Comissões e em 2016 um proveito de Euro 523.000 relativos a variação de outras provisões.

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos da Companhia efetuada pela BMO.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

		<i>Eur</i>
	2016	2015
Custos com sinistros	4.179.304	4.093.472
Custos de exploração		
Custos de aquisição	4.803.754	3.787.892
Custos administrativos	8.953.501	8.257.023
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	185.115	165.328
Alocados à Conta Não Técnica	35.769	34.316
Total	18.157.443	16.338.031

Em 31 de dezembro de 2016, o número de colaboradores da Companhia ascendia a 139 (2015: 130).

II.5 Notas ao balanço

Nota 10 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e seus equivalentes refere-se a depósitos bancários.

Nota 11 Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2016			2015		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	57.177.593	863.999	58.041.592	32.497.081	1.179.587	33.676.668
Obrigações de outros emissores	36.268.013	555.781	36.823.794	45.658.425	561.736	46.220.161
Ações e fundos de investimento	1.676.800	74.640	1.751.440	1.676.800	11.943	1.688.743
Juros a receber	854.717	-	854.717	912.556	-	912.556
Total	95.977.123	1.494.420	97.471.543	80.744.862	1.753.266	82.498.128
Dos quais:						
Nível 1			96.799.100			81.814.827
Nível 2			672.443			683.301
			97.471.543			82.498.128

Informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	2016		2015	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	58.567.817	-	33.986.942	-
Obrigações de outros emissores	36.480.594	671.693	46.139.892	682.551
Ações e fundos de investimento	1.750.689	750	1.687.993	750
	96.799.100	672.443	81.814.827	683.301

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados como ativos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 12 Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2016	2015
Equipamento		
Equipamento informático	103.871	102.820
Equipamento administrativo	360.907	360.753
Outro equipamento	692.599	688.005
	1.157.377	1.151.578
Amortizações acumuladas	(378.479)	(255.282)
Saldo líquido	778.898	896.296

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

				<i>Eur</i>
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	102.820	360.753	688.005	1.151.578
Aquisições	1.051	154	4.594	5.799
Saldo em 31 de dezembro de 2016	103.871	360.907	692.599	1.157.377
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(83.309)	(62.741)	(109.232)	(255.282)
Amortizações do exercício	(7.408)	(45.347)	(70.442)	(123.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(90.717)	(108.088)	(179.674)	(378.479)
Saldo líquido 31 de dezembro 2015	19.511	298.012	578.773	896.296
Saldo líquido 31 de dezembro 2016	13.154	252.819	512.925	778.898

Nota 13 Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	270.639
Saldo em 31 de dezembro de 2016	270.639
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(135.306)
Amortizações do exercício	(90.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(225.510)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2015	135.333
Saldo líquido em 31 de dezembro 2016	45.129

Nota 14 Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

	2016			2015		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
VALOR BRUTO						
Provisão para prémios não adquiridos	13.862.051	-	13.862.051	12.271.704	-	12.271.704
Provisão para sinistros	34.281.629	6.006	34.287.635	32.734.138	6.150	32.740.288
Provisão para participação nos resultados	2.360.870	-	2.360.870	2.121.289	-	2.121.289
Total bruto	50.504.550	6.006	50.510.556	47.127.131	6.150	47.133.281
RESSEGURO CEDIDO						
Provisão para prémios não adquiridos	7.564	-	7.564	6.686	-	6.686
Total resseguro	7.564	-	7.564	6.686	-	6.686
Saldo líquido	50.496.986	6.006	50.502.992	47.120.445	6.150	47.126.595

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite e excluindo os custos de gestão de sinistros a imputar, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 21.545.000 (2015: Euro 20.913.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euro 305.000 (2015: Euro 291.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	<u>2016</u>	<u><i>Eur</i></u> <u>2015</u>
Prémios não adquiridos	15.681.082	12.342.899
Custos de aquisição diferidos	<u>(1.819.031)</u>	<u>(71.195)</u>
Valor líquido	<u>13.862.051</u>	<u>12.271.704</u>

Os movimentos de participação nos resultados ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	<u>2016</u>	<u><i>Eur</i></u> <u>2015</u>
Balanço a 1 de Janeiro	2.121.289	1.343.626
Montantes pagos	(1.116.559)	(712.921)
Montantes estimados a pagar	<u>1.356.140</u>	<u>1.490.584</u>
Total	<u>2.360.870</u>	<u>2.121.289</u>

Nota 15 Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no CCT.

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pela Companhia.

Em 29 de janeiro de 2016 foi celebrado um novo acordo coletivo do trabalho (ACT) entre as seguradoras e os sindicatos tendo mantido os termos já existentes no CCT de 2011, relativamente aos planos de pensões.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efectuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o número de participantes no plano é o seguinte:

	2016	2015
Número de participantes		
Ativos	145	135
Reformados e pensionistas	7	6
	<u>152</u>	<u>141</u>

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2016	2015
Taxa de desconto	1,85%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	1,85%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015 são como segue:

	2016				2015				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(3.838.289)	(1.898.846)	(257.424)	(5.994.559)	(3.557.184)	(1.619.108)	(184.011)	(5.360.303)	
Justo valor dos ativos do plano	3.997.052	-	-	3.997.052	3.762.791	-	-	3.762.791	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	<u>158.763</u>	<u>(1.898.846)</u>	<u>(257.424)</u>	<u>(1.997.507)</u>	<u>205.607</u>	<u>(1.619.108)</u>	<u>(184.011)</u>	<u>(1.597.512)</u>	

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no atual CCT.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016				2015				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	3.557.184	1.619.108	184.011	5.360.303	3.372.172	1.547.025	182.455	5.101.652	
Custo do serviço corrente	24.786	95.475	17.701	137.962	27.767	91.591	17.621	136.979	
Custo dos juros	69.546	32.288	3.392	105.226	65.971	30.869	3.475	100.315	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia	(152.829)	(8.766)	27.154	(134.441)	(157.374)	(9.296)	(17.842)	(184.512)	
(Ganhos) / perdas atuariais	327.579	160.741	25.166	513.486	236.065	(41.081)	(1.698)	193.286	
Transferência entre fundos	12.023	-	-	12.023	12.583	-	-	12.583	
Responsabilidades em 31 de dezembro	<u>3.838.289</u>	<u>1.898.846</u>	<u>257.424</u>	<u>5.994.559</u>	<u>3.557.184</u>	<u>1.619.108</u>	<u>184.011</u>	<u>5.360.303</u>	

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

	2016				2015			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	24.786	95.475	17.701	137.962	27.767	91.591	17.621	136.979
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	23.043	32.288	3.392	58.723	22.544	30.869	3.475	56.888
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	25.166	25.166	-	-	(1.698)	(1.698)
Custo do exercício	47.829	127.763	46.259	221.851	50.311	122.460	19.398	192.169

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	Eur	
	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	3.762.791	3.513.350
Contribuições da companhia	45.419	150.326
Pagamentos efetuados pelo fundo	(152.829)	(157.374)
Retorno esperado do fundo	46.503	43.427
Ganhos / (perdas) atuariais	283.145	200.479
Transferências entre associados	12.023	12.583
Saldo em 31 de dezembro	3.997.052	3.762.791

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 45.000 (2015: Euro 150.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro.

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2016 e 2015, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisados como segue:

	2016			2015		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	2.087.146	470.335	2.557.481	2.051.560	511.416	2.562.976
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	327.579	160.741	488.320	236.065	(41.081)	194.984
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(283.145)	-	(283.145)	(200.479)	-	(200.479)
Saldo em 31 de dezembro	2.131.580	631.076	2.762.656	2.087.146	470.335	2.557.481

Em 31 de dezembro de 2016 as perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 164.000. Em 2015 os pressupostos atuariais não foram alterados.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisados como segue:

	2016				2015			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro	205.607	(1.619.108)	(184.011)	(1.597.512)	141.178	(1.547.025)	(182.455)	(1.588.302)
Custo do Exercício	(47.829)	(127.763)	(46.259)	(221.851)	(50.311)	(122.460)	(19.398)	(192.169)
(Ganhos) / perdas atuariais	(44.434)	(160.741)	-	(205.175)	(35.586)	41.081	-	5.495
Benefícios pagos pela companhia	-	8.766	(27.154)	(18.388)	-	9.296	17.842	27.138
Contribuições dos empregados e outras	45.419	-	-	45.419	150.326	-	-	150.326
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro	158.763	(1.898.846)	(257.424)	(1.997.507)	205.607	(1.619.108)	(184.011)	(1.597.512)

Os ativos do fundo de pensões são analisados da seguinte forma:

	Eur	
	2016	2015
Títulos de rendimento variável	1.063.216	982.088
Títulos de rendimento fixo	2.598.883	2.536.121
Imóveis	42.768	41.391
Outros	292.185	203.191
	3.997.052	3.762.791

Atualmente o fundo pensões da Companhia não tem exposição a ativos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2016	2015
Impacto no custo com pensões	14.977	14.367
Impacto nas responsabilidades	303.815	259.057

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	(1,00)%	1,00%
	Eur	Eur
Taxa de Desconto	1.302.268	(969.816)
Taxa de Crescimento das Pensões	(722.279)	888.514
Taxa de Crescimento dos Salários	(373.906)	504.177
	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano	
	Eur	
Alteração da Tábua de Mortalidade	177.084	

No que respeita ao Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012, a Companhia contribuiu em 2016 com o montante de Euro 95.000 (2015: Euros 76.000).

Adicionalmente, no âmbito do CCT revisto, a Companhia efetuou ainda uma contribuição no montante de Euros 80.000 (2015: Euro 101.000) para o PIR dos trabalhadores.

À data de 31 de dezembro de 2016 a responsabilidade total com o PIR ascende a Euro 1.458.000 e o valor do Fundo a cobrir esta responsabilidade ascende a Euro 1.458.000.

Nota 16 Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Tomadores de seguros	11.413.945	20.131.574
Mediadores de seguros	2.326.953	2.044.812
Resseguradores	10.964.399	10.418.470
	24.705.297	32.594.856
Imparidade	(528.498)	(773.940)
Total	24.176.799	31.820.916
Outros devedores	1.190.978	925.814
Total Outros devedores	1.190.978	925.814
Total	25.367.777	32.746.730

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 1.667.000 (2015: Euro 1.706.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euro 312.000 (2015: Euro 163.000) foram considerados para efeito do reconhecimento de imparidade.

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se ainda registado o montante de Euro 986.000 (2015: Euro 4.584.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul. Em resultado da parceria com os CTT – Correios de Portugal, S.A. iniciada em 2015, esta rubrica inclui o montante de Euros 6.759.000 (2015: Euro 13.841.000), relativo a reembolsos emitidos no âmbito deste contrato.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Saldo no início do ano	773.940	994.195
Reversões	(394.820)	(265.722)
Dotação do exercício	149.378	45.467
Saldo no final do ano	528.498	773.940

Nota 17 Impostos correntes e Impostos diferidos

A Medis determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 27,5% (taxa nominal de 21% mais 6,5% de derramas municipais e estaduais).

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço podem ser analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Impostos diferidos ativos	722.894	675.833
Ativos por impostos	722.894	675.833
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre rendimento	798.324	1.516.898
Outros impostos e taxas	638.700	738.650
Passivos por impostos	1.437.024	2.255.548

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros	-	-	(410.965)	(482.148)	(410.965)	(482.148)
Provisões	73.799	172.635	-	-	73.799	172.635
Outros (incluindo benefícios a empregados)	1.060.060	985.346	-	-	1.060.060	985.346
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	1.133.859	1.157.981	(410.965)	(482.148)	722.894	675.833

O movimento do imposto diferido de balanço em 2016 e 2015 foi reconhecido como segue:

	2016		2015	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos financeiros	-	(71.183)	-	(115.097)
Provisões	98.836	-	(12.503)	-
Outros (incluindo benefícios a empregados)	(28.274)	(46.440)	(29.196)	43.495
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	70.562	(117.623)	(41.699)	(71.602)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Imposto corrente	(5.131.668)	(5.051.076)
Imposto diferido	(70.562)	41.699
Total imposto reconhecido em resultados	(5.202.230)	(5.009.377)

O imposto sobre o rendimento reconhecido no capital próprio em 2016 e 2015 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Reserva de justo valor de disponíveis para venda	(410.966)	(482.149)
Ganhos / perdas atuariais	438.013	391.573
	27.047	(90.576)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Resultado antes de impostos	20.235.504	18.364.495
Taxa de imposto	27,5%	27,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	5.564.764	5.050.236
Tributação autónoma	30.232	30.354
Outras diferenças permanentes	(392.766)	(71.213)
	5.202.230	5.009.377

Nota 18 Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Tomadores de seguros e intermediários	5.667.615	5.438.700
Resseguradores	1.303.544	1.363.929
Credores por operações seguro e resseguro	6.971.159	6.802.629
Outros credores	503.144	4.616.236
Total	7.474.303	11.418.865

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 19 Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Médís, no montante de Euro 12.000.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.400.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2016 e 2015, são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Saldos em 1 de janeiro	1.753.266	2.171.799
Ajustamentos no justo valor	(258.846)	(418.533)
Saldos em 31 de dezembro	1.494.420	1.753.266

A reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Custo amortizado	95.977.123	80.744.862
Justo valor	97.471.543	82.498.128
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	1.494.420	1.753.266

Outras reservas

Reserva por impostos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 s).

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médís tem de constituir uma reserva legal de 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

No final de novembro de 2015, a Médís distribuiu dividendos ao seu acionista no montante de Euro 9.000.000.

O capital próprio em 31 de dezembro de 2016 é analisado como se segue:

<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	1.494.420	(410.965)	1.083.455	-	-	-	1.083.455
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	15.033.274	15.033.274
Resultados transitados	-	-	-	-	-	40.369.285	-	40.369.285
Reserva legal	-	-	-	-	7.671.639	-	-	7.671.639
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(2.324.643)	-	-	(2.324.643)
Saldos 31 dezembro 2016	12.000.000	1.494.420	(410.965)	1.083.455	5.346.996	40.369.285	15.033.274	73.833.010

O capital próprio em 31 de dezembro de 2015 é analisado como se segue:

<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	1.753.266	(482.148)	1.271.118	-	-	-	1.271.118
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.355.118	13.355.118
Resultados transitados	-	-	-	-	-	28.349.678	-	28.349.678
Reserva legal	-	-	-	-	6.336.127	-	-	6.336.127
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(2.165.908)	-	-	(2.165.908)
Saldos 31 dezembro 2015	12.000.000	1.753.266	(482.148)	1.271.118	4.170.219	28.349.678	13.355.118	59.146.133

II.7 Outras Notas

Nota 20 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Remunerações	286.363	251.665
Contribuições para o fundo de pensões	6.084	5.832
	292.447	257.497

Os impactos das transações significativas com partes relacionadas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>				
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Seguros	Ageas Portugal	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.832.950	-	-	-	2.832.950
Ativos financeiros disponíveis para venda	717.110	-	-	-	717.110
Outros ativos	35.931	-	10.057.349	-	10.093.280
Total do ativo	3.585.991	-	10.057.349	-	13.643.340
Provisões técnicas	-	-	39.072.057	1.058.977	40.131.034
Outros passivos	1.863	39.006	-	9.141	50.010
Total do passivo	1.863	39.006	39.072.057	1.068.118	40.181.044
Líquido Ativo / (Passivo) 2016	3.584.128	(39.006)	(29.014.708)	(1.068.118)	(26.537.704)
Líquido Ativo / (Passivo) 2015	7.666.659	(17.099)	(26.515.347)	-	(18.865.787)

	<i>Eur</i>				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Seguros	Ageas Portugal	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	-	152.576.159	3.651.742	156.227.901
Dividendos e juros a receber	17.863	-	-	-	17.863
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.216)	-	-	-	(1.216)
Total de proveitos	16.647	-	152.576.159	3.651.742	156.244.548
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	-	-	(102.050.432)	(1.917.765)	(103.968.197)
Custos de aquisição	-	-	(18.423.629)	(466.535)	(18.890.164)
Gastos gerais e administrativos	(1.653.857)	(112.093)	-	(9.141)	(1.775.091)
Total de custos	(1.653.857)	(112.093)	(120.474.061)	(2.393.441)	(124.633.452)
Líquido Proveitos / (Custos) 2016	(1.637.210)	(112.093)	32.102.098	1.258.301	31.611.096
Líquido Proveitos / (Custos) 2015	(1.773.372)	(76.644)	28.933.823	-	27.083.807

	<i>Eur</i>				
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Seguros	Ageas Portugal	Total
Dividendos pagos	-	(9.000.000)	-	-	(9.000.000)
Líquido variações no capital próprio	-	(9.000.000)	-	-	(9.000.000)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com a Ocidental Seguros são relativas ao tratado de resseguro existente no âmbito do Ramo Doença.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 21 Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governação da Médís, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco da Companhia”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes e acionistas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento sustentável e rentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

Modelo de Governação do Risco

Dentro do modelo de governação da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

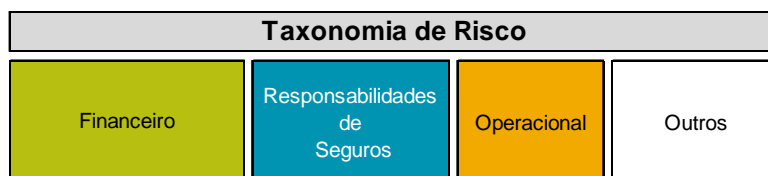
A gestão de risco na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, de Responsabilidade de Seguros e Operacional são quantificados dentro dos requisitos do Pilar I de Solvência II, e os Outros Riscos são quantificados dentro dos requisitos do Pilar II de Solvência II.

Riscos Financeiros

Modelo de Governação dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

O modelo de governação relacionado com os Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é responsável pela aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem

responsabilidades na gestão do Risco Financeiro, o qual delega no Comité de Gestão de Ativos e passivos & Investimentos (GAP&Investimentos)) e no Comité de Risco (CR);

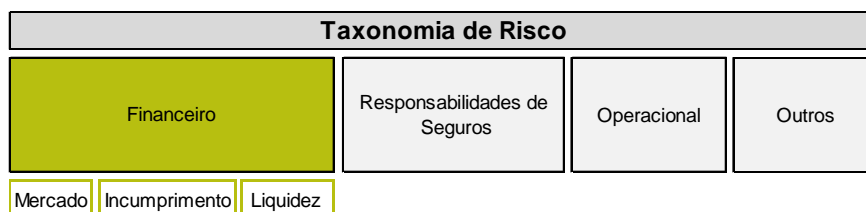
- O Departamento de Gestão de Riscos:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e à Comissão Executiva;
 - Reporta sobre a aderência à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação dos riscos) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulamentação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de GAP&Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de GAP&Investimentos/Comité de Risco ou pelo Supervisor local.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Comité de *Pricing*:
 - Revê, faz recomendações e aprova as propostas de alteração de produtos/prémios;
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor e restringir o apetite ao risco, bem como as restrições aos riscos agregados;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Ser membro do Comité de Risco/Comité de GAP&Investimentos;
 - Dar parecer sobre a estratégia global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações, derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Spread* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao *Risco de Mercado* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações, e Risco de Contraparte via proteção de resseguro.

Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o *Risco de Mercado*, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]

	2016	%	2015	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	97.471.543	100,0%	82.498.128	100,0%
Dívida pública	58.567.818	60,1%	33.986.942	41,2%
Obrigações	37.152.285	38,1%	46.822.443	56,8%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	1.750.690	1,8%	1.687.993	2,0%
Total	97.471.543		82.498.128	

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2016	2015
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	12.832.895	6.859.402
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	25.367.777	32.746.730
Total	38.200.672	39.606.132
PASSIVO [EUR]		
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	7.474.303	11.418.865
Total	7.474.303	11.418.865

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	750	100,0%	750	100,0%

As obrigações detidas pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	58.567.818	61,2%	33.986.942	42,1%
Instituições financeiras	27.183.328	28,4%	29.455.101	36,5%
Indústria	1.052.058	1,1%	1.101.219	1,3%
Setores básicos e energéticos	-	0,0%	8.897.463	11,0%
Consumíveis não cíclicos	1.407.123	1,4%	1.509.193	1,9%
Consumíveis cíclicos	3.495.182	3,7%	3.800.659	4,7%
Comunicações	1.057.065	1,1%	335.188	0,4%
Energia	2.155.857	2,3%	1.723.620	2,1%
Tecnologia	801.672	0,8%	-	0,0%
	95.720.103	100,0%	80.809.385	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
AAA	32.460.945	33,9%	8.457.372	10,5%
AA	17.331.045	18,1%	24.609.949	30,5%
A	26.517.410	27,7%	24.928.272	30,8%
BBB	4.379.886	4,6%	13.802.782	17,1%
BB	14.314.457	15,0%	8.090.070	10,0%
B	716.360	0,7%	920.940	1,1%
Total	95.720.103	100,0%	80.809.385	100,0%
Dívida pública	58.567.819	61,2%	33.986.942	42,1%
Obrigações	37.152.284	38,8%	46.822.443	57,9%
Total	95.720.103	100,0%	80.809.385	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
BBB +	9.999.945	77,9%	-	0,0%
B +	2.832.950	22,1%	6.859.402	100,0%
	12.832.895	100,0%	6.859.402	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AA	-	0,0%	158.143	0,5%
A	10.964.399	43,2%	10.260.327	31,3%
Sem rating	14.403.378	56,8%	22.328.260	68,2%
	25.367.777	100,0%	32.746.730	100,0%
Total	38.200.672		39.606.132	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	1.750.690	1.750.690	100,0%
Total em 31 dezembro 2016	1.750.690	1.750.690	100,0%
Imobiliário	1.687.993	1.687.993	100,0%
Total em 31 dezembro 2015	1.687.993	1.687.993	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge quando as companhias são impossibilitadas de alienar investimentos e outros ativos para liquidar as suas obrigações financeiras, no vencimento das mesmas. As exigências de caixa, esperadas e inesperadas das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos. Esses constrangimentos podem ser estruturais ou devido à rutura do mercado.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

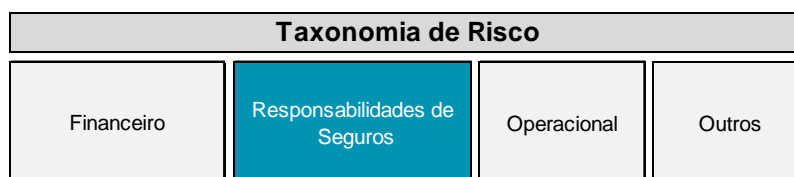
A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

							<i>Eur</i>
Liquidity risk 2016 [EUR]	< 1 month Maturity	1-3 months Maturity	3-12 months Maturity	1-5 years Maturity	> 5 years Maturity	No maturity	Total
Interest bearing - Fixed rate	1.861.109	1.894.044	25.971.570	43.532.358	12.098.034	-	85.357.115
Interest bearing - Variable rate	1.001.548	1.705.200	1.016.238	12.653.833	-	-	16.376.819
Non-interest bearing	22.243.831	3.787.932	8.753.012	3.415.897	-	1.751.439	39.952.111
Financial assets	25.106.488	7.387.176	35.740.820	59.602.088	12.098.034	1.751.439	141.686.045
Non financial assets	630	1.261	15.496	1.546.921	-	-	1.564.308
Total assets	25.107.118	7.388.437	35.756.316	61.149.009	12.098.034	1.751.439	143.250.353
Other financial liabilities	3.661.011	1.408.206	2.178.381	226.705	-	-	7.474.303
Financial liabilities	3.661.011	1.408.206	2.178.381	226.705	-	-	7.474.303
Non financial liabilities	3.891.859	8.265.045	40.172.340	3.396.099	2.022.900	-	57.748.243
Total liabilities	7.552.870	9.673.251	42.350.721	3.622.804	2.022.900	-	65.222.546
							<i>Eur</i>
Liquidity risk 2015 [EUR]	< 1 month Maturity	1-3 months Maturity	3-12 months Maturity	1-5 years Maturity	> 5 years Maturity	No maturity	Total
Interest bearing - Fixed rate	1.820.744	5.033.407	9.122.119	37.329.994	7.632.897	-	60.939.161
Interest bearing - Variable rate	3.106.748	5.653.121	1.507.467	13.791.366	-	-	24.058.703
Non-interest bearing	26.994.843	3.468.258	7.766.346	2.399.463	-	1.688.743	42.317.653
Financial assets	31.922.334	14.154.787	18.395.933	53.520.824	7.632.897	1.688.743	127.315.517
Non financial assets	557	1.114	495.156	1.707.462	-	-	2.204.289
Total assets	31.922.892	14.155.901	18.891.088	55.228.286	7.632.897	1.688.743	129.519.806
Other financial liabilities	3.487.932	2.938.032	4.775.354	217.547	-	-	11.418.865
Financial liabilities	3.487.932	2.938.032	4.775.354	217.547	-	-	11.418.865
Non financial liabilities	3.506.193	7.556.115	37.455.015	3.686.711	1.610.711	-	53.814.745
Total liabilities	6.994.125	10.494.147	42.230.369	3.904.258	1.610.711	-	65.233.610

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2016 e 2015, respetivamente.

Riscos com Responsabilidade de Seguros



Modelo de Governação dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (*underwriting*), *pricing*, provisionamento e resseguro.

A estrutura de governação do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de regulamentos de risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A Função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco de Subscrição* e o *Apetite ao Risco* de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos com Responsabilidade de Seguros de acordo com as regras e regulamentos estabelecidos na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- A Função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- O Comité de *Pricing* é responsável por rever, fazer recomendações e aprovar as propostas de alteração de produtos/prémios;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- No caso de os limites serem ultrapassados, deverá estar implementado um processo de reporte ao *Risk Officer*.

Na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão envolvidas diversas áreas na gestão de Riscos com Responsabilidade de Seguros, tais como Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e *Pricing*

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o chamado processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística, por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros. Qual o valor que o segurado necessita pagar para obter uma cobertura predeterminada (prémio) é definido como o preço de um contrato de seguro.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. Em geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de produtos, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista a cada data de reporte, onde as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança.

A análise da adequação dos prémios e das provisões é efetuada, uma vez ano, pelo nomeado atuário responsável da Companhia, e as provisões certificadas por uma entidade externa a cada dois anos.

Resseguro

Quando apropriado, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros. A seleção das resseguradoras baseia-se, principalmente, em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais, em que os limites das indemnizações são elevados, e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida:

Saúde [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Saúde (Munich)	Quota Parte	1.000.000	200.000
Saúde Top UP (Munich)	Quota Parte	500.000	75.000
Saúde (Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	0%

Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao Risco com Responsabilidade de Seguros que a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco em vigor na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos outros riscos, financeiros e operacionais. Em linha com a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., o Risco com Responsabilidades de Seguros é traduzido em Risco de Responsabilidade de Seguros de Saúde.

Riscos com Responsabilidade de Seguros de Saúde

O Risco com Responsabilidade de Seguros de Saúde reflete o risco decorrente das obrigações de seguros de Saúde em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros. Estes riscos podem surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Saúde.

As provisões para sinistros dos seguros de Saúde são estimadas para sinistros já ocorridos, mas ainda não comunicados, e para os sinistros já declarados, mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. constitui provisões por sinistro, ano de ocorrência e canal de distribuição, tendo em conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados.

Os riscos relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Periodicamente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com o regulamento local e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, os regulamentos de subscrição e tarifação são revistos.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica das mesmas:

Triângulo de desenvolvimento das provisões para sinistros - Ramos Não Vida
Euro

Posição	Balço no fecho do ano [EUR]	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Provisões para sinistros, incluindo IBNER no final do exercício		11.216.588	13.927.991	15.530.665	19.359.485	22.724.479	24.764.301	24.855.139	27.768.615	29.062.834	32.449.280	34.012.662
Pagamentos acumulados a:												
Um ano de desenvolvimento		6.859.860	10.173.353	11.177.138	16.243.146	18.239.208	19.164.670	16.986.654	16.430.122	17.011.300	23.171.552	6.160.252
Dois anos de desenvolvimento		7.176.179	9.771.789	12.852.876	17.352.448	18.607.564	19.719.416	17.454.679	16.670.623	17.281.134		
Três anos de desenvolvimento		6.400.095	10.149.520	12.831.379	17.020.937	18.775.402	20.203.550	17.475.332	16.620.278			
Quatro anos de desenvolvimento		6.786.959	10.061.334	12.392.128	17.030.286	19.253.145	20.212.651	17.455.348				
Cinco anos de desenvolvimento		6.698.037	9.619.369	12.400.762	17.506.375	19.259.443	20.238.986					
Seis anos de desenvolvimento		6.262.775	9.628.166	12.820.445	17.511.205	19.276.705						
Sete anos de desenvolvimento		6.270.801	10.014.997	12.822.136	17.524.645							
Oito anos de desenvolvimento		6.637.340	10.017.256	12.827.752								
Nove anos de desenvolvimento		6.639.552	10.018.985									
Reservas reavaliadas a:												
Um ano de desenvolvimento		7.800.875	10.892.334	14.687.562	25.005.814	20.351.717	22.667.894	20.115.339	20.145.248	22.866.273	30.709.733	
Dois anos de desenvolvimento		7.407.714	10.792.910	15.246.680	17.770.224	19.336.115	20.510.227	18.254.344	18.009.072	19.273.254		
Três anos de desenvolvimento		7.385.361	11.242.694	12.900.139	17.130.624	18.939.976	20.354.572	17.865.612	17.454.849			
Quatro anos de desenvolvimento		7.706.459	10.101.952	12.406.309	17.075.795	19.311.986	20.328.202	17.809.847				
Cinco anos de desenvolvimento		6.724.999	9.627.719	12.414.674	17.525.438	19.312.909	20.341.209					
Seis anos de desenvolvimento		6.266.699	9.636.514	12.831.501	17.526.633	19.330.071						
Sete anos de desenvolvimento		6.274.725	10.023.424	12.828.364	17.540.073							
Oito anos de desenvolvimento		6.642.889	10.020.002	12.833.981								
Nove anos de desenvolvimento		6.639.822	10.021.731									
(n)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:												
Valor nominal		4.576.766	3.906.260	2.696.684	1.819.412	3.394.408	4.423.092	7.045.292	10.313.765	9.789.580	1.739.548	
Percentagem		40,8%	28,0%	17,4%	9,4%	14,9%	17,9%	28,3%	37,1%	33,7%	5,4%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31/12/2015	31/12/2016
Provisões para sinistros no final do exercício	32.449.280	34.012.662
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	-	-
Outras Provisões	-	-
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	291.008	274.973
Total provisões para sinistros Não Vida	32.740.288	34.287.635

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e regulamentos de subscrição baseados na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e, ainda, por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	Acidentes e Doença		Outros	
	2016	2015	2016	2015
Rácio Sinistros	68,5%	68,8%	56,8%	11,7%
Rácio Despesas	18,8%	18,7%	0,0%	0,0%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	87,3%	87,5%	56,8%	11,7%

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2016	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2015
Custos de exploração - 10%	3.468	3.042
Custos com sinistros + 5%	(6.578)	(5.773)

Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

Do ponto de vista do modelo de governação, o Departamento de Gestão de Risco suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente, mantêm a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e reportados pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades, e as diretivas de informação de segurança aplicadas na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “*Bottom-up*”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais à Companhia, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base o respetivo regulamento do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governação de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos comités e unidades de negócios, e fornece uma estrutura de governação onde a gestão dos riscos operacionais ocorrem.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

					<i>Eur</i>
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2016					
Seguro direto					
Acidentes e doença	14.960.726	14.649.500	10.896.758	1.924.164	(92.734)
Assistência	368.374	368.374	209.285	-	-
Total Não Vida	15.329.100	15.017.874	11.106.043	1.924.164	(92.734)
Resseguro aceite	178.885.662	177.376.606	120.637.877	33.880.090	(4.250.288)
Total	194.214.762	192.394.480	131.743.920	35.804.254	(4.343.022)

					<i>Eur</i>
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2015					
Seguro direto					
Acidentes e doença	12.306.711	12.084.853	9.558.101	1.382.719	(85.741)
Assistência	730.631	730.631	(85.279)	-	-
Total Não Vida	13.037.342	12.815.484	9.472.822	1.382.719	(85.741)
Resseguro aceite	158.641.709	156.210.462	106.201.736	30.127.428	(3.851.461)
Total	171.679.051	169.025.946	115.674.558	31.510.147	(3.937.202)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

					<i>Eur</i>
Linha de negócio	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros	
Não Vida 2016	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	
Seguro direto					
Acidentes e doença	5.287.192	352.334	5.257.232	10.896.758	
Assistência	(3.388.232)	-	3.597.517	209.285	
Total Não Vida	1.898.960	352.334	8.854.749	11.106.043	
Resseguro aceite	115.439.965	3.826.970	1.370.942	120.637.877	
Total	117.338.925	4.179.304	10.225.691	131.743.920	

	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros	
Não Vida 2015	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	
Seguro direto					
Acidentes e doença	22.358.656	335.228	(13.135.784)	9.558.100	
Assistência	(1.959.728)	-	1.874.448	(85.280)	
Total Não Vida	20.398.928	335.228	(11.261.336)	9.472.820	
Resseguro aceite	99.751.189	3.758.244	2.692.304	106.201.737	
Total	120.150.117	4.093.472	(8.569.032)	115.674.557	

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio 2016	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2015	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2016 em relação a 2015	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	32.734.138	9.919.778	7.595.845	(15.218.515)
Assistência	6.150	(3.499.156)	1.983	(3.503.323)
Total	32.740.288	6.420.622	7.597.828	(18.721.838)

Linha de negócio 2015	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2015 em relação a 2014	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	29.370.384	17.318.047	5.903.056	(6.149.281)
Assistência	5.766	(4.350.921)	4.209	(4.352.478)
Total	29.376.150	12.967.126	5.907.265	(10.501.759)

Outros Riscos

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

Os outros Riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Requisitos de Solvência

Desde 1 de janeiro de 2016, o regime Solvência II é obrigatório para as Companhias de Seguros / Resseguradoras estabelecidas na União Europeia, tal como estabelecido na Diretiva 2009/138 / CE e transposto para a legislação portuguesa - RJASR 147/2015 de 9 de setembro.

As novas regras de solvabilidade, que introduzem critérios mais severos no cálculo do rácio de solvabilidade, visam melhorar a adequação do capital das seguradoras face aos riscos aceites. O principal objetivo dessa alteração é a avaliação dos ativos/responsabilidades baseada em princípios económicos, que introduz maior volatilidade nos requisitos de capital das Seguradoras e melhora a avaliação dos riscos a que a Companhia está exposta.

Nota 22 Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de cash flows. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e refletem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos do Grupo são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia registados ao custo amortizado são como segue:

Activos e passivos financeiros ao custo	Níveis	2016		2015	
		Eur			
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	12.832.895	12.832.895	6.859.402	22.467.917
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	25.367.777	25.367.777	32.746.730	10.987.435
		<u>38.200.672</u>	<u>38.200.672</u>	<u>39.606.132</u>	<u>33.455.352</u>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	7.474.303	7.474.303	11.418.865	37.107.052
		<u>7.474.303</u>	<u>7.474.303</u>	<u>11.418.865</u>	<u>37.107.052</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por '*providers*';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 23 Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 o total de garantias bancárias era de Euro 56.000 (2015: Euro 56.000). Estas garantias estão relacionadas com processos de sinistros.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	23.633	61.461	107.861	192.955

Nota 24 Normas contabilísticas recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

- IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja facura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

• IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

A Companhia não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Companhia.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeiram (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas;
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas;
- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

II.8 Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto no IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

III Inventário de títulos

IV Relatório dos auditores